

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.996 - BA  
(2019/0195165-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADOR : EDUARDO SANTOS SALES - BA058576**  
**AGRAVADO : DIVA TEIXEIRA SATURNINO**  
**ADVOGADO : IZABEL BATISTA URPIA - BA012972**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto pelo ESTADO DA BAHIA contra decisão do Ministro Presidente desta Corte, às e-STJ fls. 453/454, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial em razão da aplicação da Súmula 7 do STJ.

A parte agravante alega, em síntese, que pleiteou apenas o reconhecimento de ofensa ao art. 538 do CPC/1973, com o afastamento da multa aplicada em sede de embargos de declaração pelo Tribunal de origem, razão pela qual não incide o óbice sumular indicado.

Passo a decidir.

Exerço o juízo de retratação e passo à nova análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado contra decisão que inadmitiu apelo nobre interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal.

Inicialmente, registro que o marco inicial de aplicação do Novo Código de Processo Civil é a intimação do *decisum* recorrido. Assim, nos termos do Enunciado Administrativo 2 desta Corte, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Impende destacar que não deve ser conhecido o agravo que não ataque especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, tanto nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, quanto nos moldes do art. 932, III, do CPC/2015 e do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Confira-se o teor dos dispositivos citados:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha

atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada. (Grifos acrescidos)

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; (Grifos acrescidos)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014)

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá: (Redação dada pela Emenda Regimental n. 16, de 2014) 120 Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida; (Redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016) (Grifos acrescidos)

Nesse sentido, *vide*: AgRg no AREsp 834.978/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/04/2016; AgInt no AREsp 1.036.445/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017.

*In casu*, da análise dos autos, verifico que a inadmissão do especial se deu com base na aplicação da Súmula 83 do STJ, no tocante à alegada ofensa ao art. 538 do CPC/1973.

Da leitura das razões do agravo em recurso especial, observa-se que o agravante não impugnou esse fundamento, tratando de matéria que nem sequer foi objeto do recurso especial, circunstância que enseja a aplicação do Enunciado 182 desta Corte de Justiça.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 453/454 e, com base no art. art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator